

Simpósio de Avaliação do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil
São Paulo, dias 26 e 27 de Outubro de 2009
Auditório do Espaço Cultural Fundação Japão – Av. Paulista, 37, 1º andar

Realização: Instituto Brasil-Japão de Integração Cultural e Social e
Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

“Um Olhar sobre o ‘Movimento Dekassegui’ de Brasileiros ao Japão no Balanço do Centenário da Imigração Japonesa ao Brasil”

Elisa Massae Sasaki

Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp¹.
Pesquisadora do Programa de Intercambio
Acadêmico Cultural Brasil-Japão, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
elisamassae@yahoo.com.br

Introdução

As comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil foram realizadas durante o ano de 2008, produzindo inúmeros registros sobre a presença nipônica no Brasil ao longo do século XX. Dentro desse imenso cenário centenário, as suas duas últimas décadas foram marcadas por um deslocamento de brasileiros descendentes de japoneses do Brasil ao Japão como trabalhador não-qualificado, que ficou conhecido como “Movimento Dekassegui”.²

¹ Veja a tese de Doutorado intitulada: “Ser ou não ser japonês? A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo” in SASAKI (2009).

² A pertinência ou não do termo “dekassegui” vem sendo discutida mais recentemente (a partir do final dos anos 1990 para cá) uma vez que os significados – ora negativos, ora positivos – variam ao longo do tempo, e de acordo com diferentes grupos com diferentes pontos de vista, afinal esses termos adotados são sócio-culturalmente construídos e datados, num determinado tempo e num determinado espaço (local), isto é, ele tem uma história para contar. Entre prós e contras, a referência ao termo “dekassegui” para se referir ao movimento populacional de brasileiros de origem japonesa, entre o Brasil e o Japão, é bastante corriqueiro. Sem entrar no mérito da questão, ainda que pertinente e importante, neste texto, adotaremos o

Se no final dos anos 1980 as informações sobre o tema eram esparsas, no decorrer do tempo, isso foi mudando radicalmente. Hoje já há diversos recursos, expressões e meios de comunicação que de alguma maneira retratam as relações entre o Brasil e o Japão que passaram a alimentar e assim aumentando cada vez mais as conexões estabelecidas em vários níveis entre esses dois países.

Anos 1990

A reforma da política de controle imigratório do Japão promulgada em junho de 1990 foi um dos eventos mais marcantes para o Movimento Dekassegui de brasileiros ao Japão. Foi através desta política imigratória japonesa que muitos brasileiros de origem nipônica podiam e passaram a trabalhar no Japão legalmente.

Um pouco antes, o período do final da década de 80 e início da de 90 foi marcado pela massificação do deslocamento populacional de brasileiros descendentes de japoneses, apresentando uma das maiores taxas de crescimento anual da população brasileira registrada no Japão. De 1987 a 1988, verificamos um crescimento de 84,84%. Em 1988/1989 foi de 249,31% e, maior ainda em 1989/1990: 288,42%, isto é, se em 1987 havia 2.250 brasileiros registrados e em 1991 passou a ter quase 120 mil, ou seja, em 4 anos aumentou mais de 53 vezes, na virada dos anos 1980 para 1990 (JAPAN IMMIGRATION ASSOCIATION 1995-2009).

Após esse período do início dos anos 90, a taxa de crescimento de brasileiros no Japão já não é tão vultosa, mas mesmo assim o número absoluto de brasileiros continua crescendo dentro de um certo patamar. A partir da primeira metade dos anos 90, assim que o fluxo de brasileiros ao Japão se massificou, surgiram as primeiras redes sociais migratórias de brasileiros, em que novos atores sociais entraram em cena, tais como: os candidatos a trabalhadores migrantes, as pequenas empresas japonesas demandando mão-de-obra estrangeira e os agentes intermediários. Estes últimos tinham grande atuação nesse cenário, recrutando os trabalhadores migrantes estrangeiros como os brasileiros e tornando-se assim um negócio rentável. Concomitantemente, com intuito de amparar os trabalhadores migrantes, também começaram a surgir no cenário: centros de atendimento, informação, orientação e apoio aos trabalhadores migrantes, de

termo “Movimento Dekassegui” para simplificar a referência ao contingente nipo-brasileiro no cenário internacional contemporâneo.

iniciativa governamental, municipal e de vários grupos de voluntários sem fins lucrativos.

Um ano que chama atenção é o de 1998, quando a taxa de crescimento se apresenta negativa: quase – 5%, que significa uma queda de onze mil brasileiros de 1997 para 1998, como um dos efeitos do período de recessão no Japão, implicando crise na economia japonesa e a subsequente reestruturação da indústria japonesa, que acabou levando a uma diminuição na demanda por trabalhadores migrantes estrangeiros, pela primeira vez na história deste Movimento Dekassegui. Por conta disso, nesse período, houve também uma significativa diminuição na emissão de novos vistos aos brasileiros para entrar no Japão. Mas nos anos seguintes, o contingente brasileiro voltou a crescer, chegando em 2000 com 254.394 registrados e se estabilizando num certo patamar nos anos subsequentes.

De um modo geral, podemos dizer que foi ao longo dos anos 1990 que a presença brasileira no Japão foi se consolidando, estabelecendo, institucionalizando-se em diversas áreas de conhecimento, em algumas cidades no Japão onde é grande o número de residentes estrangeiros como Hamamatsu, Toyota, Toyohashi, Ōta, Oizumi, entre outras. Muitos descendentes de japoneses sul-americanos vão trabalhar no Japão, pretendendo ficar aí como trabalhador migrante por uns dois a três anos e voltar ao seu país de origem. Tem-se observado que muitos dos que voltaram ao seu país, no caso daqueles que pretendiam abrir um negócio, ter ido como *dekassegui* tinha algum sentido. Mas sem trabalho, a vida que leva no Japão não é bem como imaginava. Apesar de tudo, aos poucos a sua permanência foi aumentando nesse país (TEZUKA 2005).

A partir de 2000

A partir de 2000, começou a aumentar o número de brasileiros com visto permanente no Japão. Isso significa que a estada deles veio aumentando nesse país. Desde que os brasileiros passaram a permanecer por mais tempo no Japão, os problemas geralmente estão relacionados com os seguintes aspectos.

A questão do trabalho e emprego. Muitos nipo-brasileiros foram empregados indiretamente, dentre os quais muitos foram contratados por um período curto de pelo menos 3 meses. Mais de 80% destes estavam na indústria manufatureira, principalmente nos setores de produção de automóveis (autopeças) e de aparelhos eletrônicos. Muitas

empresas japonesas tentavam diminuir o custo com a mão-de-obra, por um lado reduzindo o número de empregados em tempo integral e, por outro, mantendo uma tendência de garantir a mão-de-obra necessária com trabalhadores de meio período ou temporário, ou trabalhadores contratados. Isto é, em vez de empregar os trabalhadores diretamente, em uma parte do processo industrial de uma empresa própria, contava-se com uma agência recrutadora que contratasse os trabalhadores e assim a indústria diminuía o quadro de funcionários no processo de produção industrial não-qualificado no local de trabalho (no chão de fábrica).

Nessas circunstâncias, muitos que não dominam a língua japonesa suficientemente compõem a maior parte da mão-de-obra não-qualificada. Para atendê-los, há agências de emprego voltadas para trabalhadores brasileiros e outros sul-americanos com origem japonesa e há uma proporção cada vez maior de empregos indiretos que se centralizam nos trabalhos contratados. Em outras palavras, os brasileiros são contratados pelas empreiteiras, então eles possuem vínculos com essas agências e não com a fábrica ou empresa onde trabalham. Essa falta de vínculo empregatício estável causa um conjunto de vulnerabilidades em termos trabalhista, econômico e social, além do emocional, familiar, educacional das crianças brasileiras e de convivência com os vizinhos japoneses onde moram.

A revisão da Lei de Alocação de Mão-de-obra feita pelo governo japonês passou a vigorar a partir de março de 2004. Nela, removeram a proibição sobre o recrutamento de mão-de-obra. Isto significa que a partir de então, é possível pensar na mudança de forma de recrutamento de trabalhadores para o emprego indireto através de agências recrutadoras. No caso de recrutamento de trabalhadores, o pagamento de salário e outras coisas são de responsabilidade da agência contratadora, isto é, tanto a agência de envio quanto de destino, ambas são responsáveis pelas obrigações estabelecidas. Além disso, à agência de origem cabe a responsabilidade de fazer a inscrição no seguro social (do trabalhador contratado) que tem se tornado mais rigoroso, o que melhoraria a expectativa de emprego do trabalhador brasileiro.

A questão previdenciária se refere aos muitos que não estão inscritos no seguro social japonês, sendo que isso é de responsabilidade do empregador. Significa dizer que grande parte dos trabalhadores não está inscrita no sistema previdenciário e provavelmente, eles não terão como garantir seu sustento quando não estiverem mais aptos para o mercado de trabalho. A questão da falta de previdência social, mais especificamente a de aposentadoria por tempo de serviço, num futuro próximo, deverá

acarretar sérios problemas para o Japão e para o Brasil (URANO 2008). Para tal, um acordo previdenciário tem sido discutido entre esses dois países, até mesmo para evitar a bitributação. Há diferenças no sistema previdenciário de cada país e a discussão está em andamento, mas parece haver possibilidade de firmar o acordo já no próximo ano de 2010 (IPC 13/06/2009).

A maior permanência de brasileiros no Japão tem grandes implicações na questão da educação de jovens filhos de brasileiros (HATANO 2008). Algumas questões e reivindicações podem ser enumeradas, como por exemplo: falta de profissionais da educação, como professores, monitores, coordenação e administração escolar; a necessidade de formação e atualização de professores e agentes educacionais qualificados que atendam à demanda nas escolas brasileiras no Japão; produção e acesso ao material didático e um campo de debate sobre o seu conteúdo; precariedade das instalações e equipamentos escolares como laboratórios, quadras esportivas, computadores com acesso à internet; os onerosos impostos que incidem sobre os imóveis comerciais alugados para a instalação das escolas que são vistas como empresas; isso, por sua vez, leva às altas taxas das mensalidades das escolas brasileiras que acabam fazendo com que muitas famílias brasileiras deixem de colocar suas crianças nessas escolas; falta de auxílio-educação por parte dos governos locais; a barreira da língua japonesa e de uma cultura diferente; evasão escolar – apesar do aumento do número de crianças estrangeiras de 5 a 14 anos no Japão, há uma diminuição no número dessas crianças nas escolas nesse país; aumento de criminalidade dentre outras.

Nesse contexto, podemos verificar uma diversificação das crianças brasileiras no Japão (K. NAKAGAWA 2008) em dois grupos distintos: um grupo de crianças que nasceram no Brasil e receberam parte de sua educação no Brasil e posteriormente se mudaram para o Japão, onde algumas continuaram os estudos em escolas japonesas e outras em escolas brasileiras; e um outro grupo de crianças que nasceram no Japão, ou foram para lá antes de frequentarem escolas no Brasil. Também se incluem nesse grupo aquelas crianças que foram levadas para o Japão ainda quando muito novas, antes mesmo de dominarem bem a língua portuguesa e a cultura brasileira. Estas últimas crianças – nascidas no Japão ou que para aí foram quando muito pequenas – a maioria não conhece o país de origem (no caso, o Brasil), compreendem um pouco mas precariamente em português. Muitos pais, talvez a maior parte, não dominam bem a língua japonesa, a língua da sociedade hospedeira. A situação se complexifica ainda

mais se os pais da criança forem de nacionalidades diferentes, isto é, se o casamento for internacional.

Aliás, pode-se dizer seguramente que a tendência sobre esses assuntos sócio-culturais – como a migração ou deslocamento populacional, família, sociedade, Estadação, fronteiras nacionais, junto com outros aspectos como econômico, político, ideológico, nacional, internacional etc. – é de um cenário cada vez mais complexo, requerendo, por sua vez, novas ferramentas, conceitos, metodologias, análises e referenciais teóricos e práticos que sejam capazes de oferecer soluções eficazes sobre a realidade sócio-cultural.

Ainda no aspecto educacional aparecem questões relacionadas ao Ministério da Educação do Brasil (MEC) e do Japão (*Monbushō*) que assinaram um acordo para melhorar o ensino; Escolas brasileiras no Japão são avaliadas e reconhecidas pelo MEC brasileiro; implementação de educação à distância para professores no Japão a partir das universidades públicas brasileiras; supletivos; escolas técnicas, dentre outras.

A questão da moradia está relacionada ao aumento no tempo de permanência, de 5 a 10 anos residindo no Japão e os serviços prestados pelo governo local não têm conseguido acompanhar o crescente número de residentes estrangeiros. Isso se soma ao velho problema da comunicação, ensino de línguas, necessidade de tradutores bilíngues; diferenças culturais e convivência multicultural; comunidade e vida cotidiana; aumento de crimes cometidos por brasileiros no Japão etc. – são questões que vieram se atualizando e têm ocorrido grandes conflitos e solidariedades com os residentes locais em várias cidades onde residem um grande número de brasileiros no Japão, como Hamamatsu, Toyota, Toyohashi, Ōta, Oizumi e outras cidades.

Atualmente, essas questões têm sido tratadas em cooperação com os órgãos relacionados. Diante desses problemas, a administração pública dessas cidades tem procurado construir uma comunidade local onde se possa aspirar frequentar escola ou ter trabalho. Além da questão inicial da língua, as iniciativas de organizações sem fins lucrativos (NPO), econômicos, regionais, governamentais são entidades institucionais que têm composto a comunidade brasileira no Japão de modo vigoroso nos últimos tempos. Por exemplo: o Serviço de Assistência aos Brasileiros no Japão (SABJA) (MORI 2009), Associação de Escolas Brasileiras no Japão (AEBJ) (YOSHIMURA 2008), ABRAH (Associação Brasileira de Hamamatsu) (ISHIKAWA 2008), “Hello Work” – como o Centro de Seguridade no Emprego Público é conhecido – é um órgão que apresenta ocupações públicas, do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem Estar do Japão,

estabelecido em todo o país. E do lado brasileiro tem-se o Centro de Informação e Atendimento ao Trabalhador Estrangeiro (CIATE) (OGAWA 2004). Há também o Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural (ISEC) – ambos se localizam na Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (*Bunkyo*), em São Paulo e são constituídos por grupos preocupados com as questões educacionais e culturais dos jovens nipo-brasileiros que transitam entre os dois países. Assim, o governo japonês junto com as autoridades brasileiras em Tóquio e Nagoya, tem procurado equacionar problemas da comunidade brasileira no Japão nas áreas de educação, saúde, previdência e seguro de trabalho, através de ações conjuntas com autoridades locais, com subsídios aos conselhos de cidadãos, procurando soluções e tratamentos adequados sobre os diversos assuntos. Também tem contatado com empresas brasileiras sediadas no Japão visando à cooperação para ajudar os trabalhadores necessitados.

Um outro exemplo disso são as reuniões anuais de cidades onde se concentra grande número de residentes estrangeiros no Japão.³ Esses encontros começaram em 2001 em Hamamatsu – cidade onde há a maior população brasileira residente no Japão, de 20 mil. Essas reuniões têm sido um espaço de debate sobre as questões supracitadas entre os governos locais, comunidade civil, governo central japonês e também brasileiro. Em 2008, essa série de reuniões contava com 28 cidades participantes: da província de Aichi-ken: Toyohashi, Toyota, Komaki, Nishio, Chiryū; de Gifu-ken: Kani, Ōgaki, Minokamo; de Gunma-ken: Ōta, Oizumi e Isezaki; de Mie-ken: Suzuka, Yokkaichi, Tsu, Iga, Kameyama; de Nagano-ken: Iida e Ueda; de Shiga-ken: Nagahama, Konan, Kōka; de Shizuoka-ken: Hamamatsu, Iwata, Kakegawa, Kikugawa, Fukuroi, Fuji e Kosai, além de Tokyo. A partir das discussões, tem-se alinhavado suas políticas públicas locais, regionais, nacionais e binacionais. Isso também tem servido de subsídio para estabelecer acordos jurídico, previdenciário, educacional, econômico, político, etc. entre o Brasil e o Japão.

O acordo de cooperação jurídica entre os dois países – Brasil e Japão – está sendo bastante esperado para ser firmado, enquanto uma solução pragmática. Entretanto, na situação atual, as controversas mais concretas não têm prosseguido. A partir de 2003, o governo brasileiro, em relação ao governo japonês, tem procurado firmar um acordo jurídico em que se incluem as questões civis (como divórcio, pagamento de pensão

³ Veja o *site* da Reunião das cidades com grande concentração de estrangeiros residentes, 2001-2008 – 外国人集住都市会議 *Gaikokujin shūjū toshi kaigi* – URL (acessado dia 10/09/2009): <http://homepage2.nifty.com/shujutoshi/index.html>

alimentícia aos familiares deixados no Brasil), questões criminais, seguridade social. Mas, segundo os advogados Dr. Masato Ninomiya e Dr. Ricardo Sasaki, o acordo de cooperação jurídica ainda não está concluído, havendo diferenças de pensamento dos governos de ambos os países. Há um acordo jurídico firmado entre o Brasil e o Japão em 1940, mas isso já está defasado para a situação atual e assim é necessário atualizá-lo (IKEDA 31/03/2009).

No aspecto civil, deve haver muitos brasileiros que vivem tranquilamente no Japão com uma nova família, sem pagar a pensão alimentícia da família no Brasil. Em relação àqueles que têm negligenciado o pagamento obrigatório da pensão alimentícia, na teoria, pode ser preso. Entretanto, à medida que não se sabe o endereço para se enviar o processo, fica difícil cumprir a sentença. Por isso, tem aumentado o número de familiares deixadas para trás [*rusukazoku*] no Brasil que têm aberto processos civis sobre os maridos que estão no Japão, referentes ao divórcio e pagamento de pensão alimentícia. Além disso, há outras questões como reconhecimento das crianças, questões criminais, policiais, etc. De um modo geral, pode-se dizer que à medida que aumenta o número de dekasseguis permanentes, aumenta também o número de ações (IKEDA 07/04/2009).

As questões sociais, laborais, familiares, escolares aparecem sempre entrelaçadas e são aspectos que têm emergido como uma das importantes preocupações que está sendo colocada em pauta. A situação laboral dos brasileiros no Japão é de que a forma de contratação laboral – a temporária – tem como consequência uma vida financeira e social instável: desigualdade de gênero no trabalho (as mulheres ganham menos que os homens mesmo executando as mesmas tarefas); constante troca de turno de trabalho (diurno e noturno); falta de acesso às folgas e férias remuneradas; mudanças repentinas do local de trabalho devido a fechamentos de linhas inteiras de montagem, por exemplo; falta de acesso ao sistema de seguridade social japonês, etc.. Toda essa situação, por sua vez, repercute na esfera doméstica e familiar causando a ausência dos pais na participação na vida cotidiana, principalmente na idade escolar dos filhos, muitas vezes provocando desmembramento familiar, com pais e filhos vivendo em locais distantes.

Além disso, o isolamento dos adultos em relação à sociedade japonesa tem sido um fator de atrito quando a criança se adapta melhor à sociedade japonesa. Isso leva à baixa autoestima e situação emocional instável do adulto afetado pelas dificuldades na compreensão do idioma e perda da autonomia, distanciamento da rede de suporte social

e emocional à qual estava habituado, condições precárias de trabalho, distanciamento dos familiares e parentes. Diante disso, muitas vezes, os jovens ficam muitas horas sozinhos em casa por causa da grande carga horário de trabalho dos pais.

Tudo isso aumenta a vulnerabilidade dos jovens, não só na esfera social, individual, psicológica e emocional, mas também na da saúde, expondo-os a doenças como HIV/Aids/DST. Diante disso, há uma necessidade de acordos na área de saúde, no sentido de implantar um programa de orientação em saúde sexual e prevenção de HIV/DST (IWAKI 2008) e outros assuntos como tabagismo, alcoolismo, uso de drogas etc., dentro do contexto migratório.

Além disso, na área de saúde também há a necessidade de intérpretes bilíngues (Português-Japonês) em hospitais; treinamento e intercâmbio de médicos entre os dois países envolvidos; realização de exames médicos gratuitos em escolas brasileiras e atendimento aos estrangeiros; depressão, distúrbios emocionais, psicológicas, doenças mentais e psiquiátricas; questão do seguro-saúde (*kenkō hoken*) são as mais mencionadas (D. NAKAGAWA 2008).

Entre 2000 e 2004, podemos notar uma contínua diversificação das atividades da comunidade brasileira no Japão. Os trabalhadores *nikkeijins* e sua família que vêm se estabelecendo no Japão tem mostrado mudanças em seus planos de vida, à medida que vieram a ser residentes permanentes. Ao mesmo tempo, podemos observar uma leve redução dos descendentes que estão sob as categorias de *status* de permanência no Japão de “cônjuge ou filhos de japonês/a” e “Cônjuges ou filhos de permanentes”. Em outras palavras, nos primeiros anos do terceiro milênio, os brasileiros residentes com caráter permanente têm aumentado em cerca de 10 mil a cada ano, chegando em 2007, com 94.358 brasileiros residentes permanentes no Japão.

Nesse período, na economia japonesa havia uma flutuação da produção à qual os trabalhadores estrangeiros estavam sujeitos, além da grande mobilidade entre um emprego e outro e conseqüentemente, uma grande mobilidade de fábricas e de cidades; ser uma mão-de-obra mais barata; junto com a dificuldade de contratação de empregados japoneses. De um certo modo, a instabilidade ocupacional que marca a vida de inúmeros trabalhadores estrangeiros, como de muitos brasileiros no Japão, deve estar relacionada com o aumento da criminalidade de brasileiros no Japão. Isso, por sua vez, está relacionado à questão da educação dos jovens brasileiros – seja no Brasil, seja no Japão. A questão da língua que desde sempre se constituiu um grande obstáculo para uma melhor compreensão e convivência mútua. Nota-se também uma diminuição no

nível de escolaridade dos imigrantes recém-chegados em relação aos primeiros imigrantes brasileiros que foram ao Japão.

2008

E entre 2005 e 2009, o que tivemos? Durante esse período, destaca-se 2008, precedida com os preparativos para as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa ao Brasil⁴, realizadas em diversos eventos e locais ao longo do ano. Também foi o Ano de Intercâmbio Brasil-Japão, quando diversos acordos bilaterais foram estabelecidos, outros iniciaram ou continuam seus debates, tais como o acordo jurídico, previdenciário, educacional e de saúde, além dos econômicos e comerciais.

Em termos político e diplomático, em 2008 foi criada a Divisão das Comunidades Brasileiras, do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. As principais atribuições desta divisão são: compilar e processar dados sobre as comunidades brasileiras no Exterior; estabelecer canais de comunicação entre elas e com o Itamaraty; ajudá-las a se organizarem e se associarem; acompanhar e negociar acordos internacionais que as beneficiem; e coordenar, junto aos demais órgãos do Governo brasileiro, ações e políticas em seu apoio. Ela é um canal de comunicação com a comunidade brasileira no exterior, com responsabilidade principal pela implementação do sistema de Conferências "Brasileiros no Mundo", que constitui um dos principais canais de diálogo entre o Governo do Brasil e os seus nacionais no exterior. A I Conferência Brasileiros no Mundo⁵ foi realizada em julho de 2008 e a II Conferência está programada para outubro de 2009, ambas no Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro.⁶

Ainda em setembro de 2009, inaugurou-se o terceiro Consulado Brasileiro no Japão em Hamamatsu (além de Tokyo e Nagoya) onde reside o maior número de brasileiros numa cidade japonesa, cerca de 20 mil. Nesse âmbito, foi criada a Casa do Trabalhador que é uma iniciativa do governo brasileiro no exterior, como no Japão. O local seria mantido com recursos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do

⁴ Veja o site oficial da Associação para Comemoração do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil: <http://www.centenario2008.org.br/>

⁵ A autora apresentou o texto acadêmico sobre "Brasileiros no Japão" neste evento. SASAKI (2008).

⁶ Veja o site <http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/>

Brasil e funcionaria como um interlocutor da comunidade. Dentro do MTE, também foi recriado o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que é um órgão encarregado de elaborar uma política brasileira de migração e proteção ao trabalhador migrante (MTE 15/12/2008). Conjuntamente, o consulado brasileiro em Hamamatsu coordenaria a Casa do Trabalhador, através do cônsul. Aí, os brasileiros teriam acesso a curso de reciclagem profissional, aulas de língua japonesa e outros serviços. Estas atividades seriam ministradas com a parceria das autoridades de Hamamatsu e o Ministério do Trabalho, Saúde e Bem Estar Social do Japão (IPC 11/06/2009).

De acordo com os dados mais recentes do Departamento de Imigração do Ministério da Justiça do Japão, em 2008 registrou-se um total de 2.217.426 estrangeiros residentes no Japão, o que corresponde a 1,74% da população total desse país. Destes, o terceiro maior contingente é proveniente do Brasil, ficando atrás apenas da China e das Coreias. Na última década, a população brasileira vinha crescendo continuamente, mas no final de 2008, com a crise mundial e o subsequente desemprego dos brasileiros no Japão, esse contingente diminuiu 4.385 em relação ao ano anterior, registrando, portanto, 312.582 brasileiros residentes no Japão em 2008, representando 14,1% do total de estrangeiros residentes no Japão (JAPAN IMMIGRATION ASSOCIATION 1995-2009).

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Brasil recebe 3,5 bilhões de dólares através de remessas vindo do exterior, sendo que 60% destes são provenientes do Japão, um montante que alcança 10% do PIB nacional brasileiro. Para tal, nos últimos anos, muitos bancos brasileiros têm estabelecido serviços de remessa de acesso fácil e barato. Os informes do BID mais recentes (agosto de 2009) indicam que “a América Latina terá queda de 11% nas remessas recebidas este ano” (FRANCE PRESS 12/08/2009). De acordo com estudo do BID, a América Latina deve receber este ano 62 bilhões de dólares em remessas, especialmente de EUA, Espanha e Japão, países que foram duramente atingidos pela crise. Em 2008, a região recebeu 69,2 bilhões de dólares em remessas. Este ano será a primeira vez que as remessas diminuirão, depois de uma década de contínuo crescimento.

A Crise Financeira Mundial de 2008

Desde o final de 2008, houve uma crise financeira em nível internacional, com sérias repercussões na estrutura produtiva de vários países. No caso do Japão, um dos

motores da sua economia é o setor automobilístico, para onde muitos trabalhadores brasileiros foram ocupar empregos de baixa qualificação ao longo dos anos 1990 no chão de fábrica das montadoras de carro. O Japão é um grande exportador de automóveis para os Estados Unidos. Mas diante da crise, os seus efeitos caíram sobre essas montadoras, perdendo a sua competitividade com o iene valorizado diante do dólar americano. Assim, para conter recursos diante da crise, demite-se mão-de-obra estrangeira, que se depara com a alternativa de obter outros tipos de empregos, geralmente menos rentáveis, ou simplesmente retornar ao seu país de origem. Um dos efeitos da crise é, portanto, imediatamente repercutido na base da estrutura ocupacional onde estão alocados os brasileiros nos empregos dos setores manufatureiros, sobretudo do setor automobilístico. Isso faz com que aumente as exigências do candidato a algum emprego no Japão, como dominar a língua japonesa, por exemplo.

Isso tem provocado o retorno dos brasileiros do Japão ao Brasil – quem consegue voltar, está voltando, lotando todos os voos. A vaga estimativa é de que dentre 320 mil, cerca de 50 mil brasileiros estejam conseguindo retornar ao país de origem (GLOBO, 07/12/2008). Há notícias de que a venda de passagem só de ida (do Japão ao Brasil) quintuplicou no final de 2008 e início de 2009 (WATANABE 27/06/2009). Quem não consegue voltar, está ficando no Japão de modo cada vez mais precário, diante da própria situação de crise nos dias de hoje. Quem permanece no Japão são possivelmente os que de alguma maneira já estabeleceram fortes vínculos com a sociedade nipônica ao longo das duas últimas décadas e/ou os que gostariam de voltar, mas não têm condições para pagar a passagem aérea, assim como arcar com outras despesas de viagem, além da própria dificuldade de retornar ao Brasil. É como se, à dificuldade vivida até então pelos imigrantes brasileiros no Japão, tivesse sido acrescida uma pior, com as consequências da crise financeira internacional, que tem feito o Japão tomar cautela em vários setores de sua economia.

Muitos brasileiros que estavam no Japão trabalhando mas que perderam seus empregos e/ou não estão conseguindo arranjar, resolveram retornar ao Brasil e estão enfrentando dificuldades de reinserção, readaptação na sua cidade, região ou país de origem, juntamente com os problemas sociais, emocionais, psicológicos, familiares. Os suportes assistenciais, ocupacionais e psicológicos felizmente têm crescido, mas que implica uma necessária ação conjunta imediata em vários níveis dos setores da sociedade e dos governos envolvidos. Diante da recessão, o tratamento em relação aos dekasseguis tornou-se então mais rigoroso. A faixa etária, proficiência em língua

japonesa, salário são alguns aspectos levados em consideração na hora de arranjar emprego no Japão.

No dia 31 de março de 2009, o governo japonês anunciou medidas emergenciais em relação aos brasileiros que incluem: apoio a manutenção do emprego ou a recolocação de posto de trabalhos, verba para garantia de moradia, aumento de intérpretes conforme a necessidade local, programa preparatório para emprego através de capacitação e ensino da língua japonesa e ajuda financeira para retorno ao país de origem, de 300 mil ienes para cada trabalhador e de 200 mil ienes a seus dependentes para retornarem ao país de origem. Esta última medida foi amplamente divulgada no Japão e no Brasil, gerando polêmica na comunidade brasileira no Japão.

Considerações finais: aspectos negativos e positivos do movimento de kassegui

Os aspectos negativos do Movimento Dekassegui são vários que foram enumerados ao longo do texto: desemprego; instabilidade ocupacional, econômica, emocional, social; precarização das condições de vida; diminuição do nível de escolaridade desse contingente; evasão escolar; aumento no número de crimes cometidos por brasileiros no Japão; desentendimentos por conta das diferenças na língua e cultura, discriminação, preconceito; pensão alimentícia; divórcio; famílias abandonadas no Brasil; desestruturação ou novos arranjos familiares; criminosos fugitivos; problemas referentes a cartas rogatórias, etc..

E o que há de positivo nisso tudo? Um dos aspectos que podemos apontar é a intensificação na relação bilateral entre Brasil e Japão; maior exposição sobre a cultura japonesa no Brasil e cultura brasileira no Japão em várias áreas; institucionalização da presença japonesa no Brasil e presença brasileira no Japão, que foi fartamente celebrada nas comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil em 2008, quando também foi considerado o ano de intercâmbio Brasil-Japão. Esse ano certamente marcou as relações entre Brasil e Japão.

Onde há conflitos, há também solidariedade. Muitas cidades japonesas têm se mobilizado para lidar com os problemas que surgiram com a presença cada vez mais permanente de estrangeiros no Japão, dentre os quais, os brasileiros. Por exemplo, as discussões sobre a questão dos trabalhadores e residentes estrangeiros têm se tornado pauta na agenda política do governo não mais apenas local ou regional, mas também

passou a ser discutido entre as autoridades do governo nacional tanto japonês quanto brasileiro e o seu diálogo num contexto internacional. Isto é, o que está dando maior visibilidade ao assunto é a colaboração conjunta de diferentes setores governamentais e da sociedade civil, organizando-se em entidades e grupos de diferentes frentes.

Qual a imagem que o Japão tem do Brasil hoje? Atualmente, o Japão tem muitos interesses em manter boas relações com o Brasil em diversas áreas. De um modo geral, aos olhos japoneses o Brasil tem recursos naturais e matérias primas como minérios, energia, alimento (agricultura, pecuária), indústria aeronáutica, empresas petrolíferas – que indicam um sólido crescimento econômico. Além disso, está entre as 10 principais economias do mundo; a partir do início do terceiro milênio, faz parte do BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – que são os principais países emergentes no mundo; no aspecto político, diplomático, o Brasil faz parte do conselho de segurança na ONU; e também faz parte da Organização Mundial do Comércio; questões ambientais – são temas internacionais que o Brasil tem participado assertivamente. Assim, no cenário atual, o Brasil não é visto apenas como o grande país da América do Sul, mas sim reconhecido como um dos principais países do mundo (MIWA 2008). Atualmente, as relações econômicas entre o Brasil e o Japão estão sendo reativadas em várias áreas como na siderurgia, fabricação de papel, energia e televisão digital. Assim, a imagem que o Japão tinha sobre o Brasil mudou muito desde quando os brasileiros descendentes de japoneses começaram a ir ao Japão trabalhar – de um país do terceiro mundo a um país emergente. Esse crescimento econômico começou a ganhar vulto nos últimos anos e a tendência é de continuidade. Certamente, isso afetará na dinâmica do fluxo migratório populacional já estabelecido entre Brasil e Japão, uma vez que se está sujeito a flutuações e a mudanças na conjuntura geral.

A partir de 2008, o governo brasileiro tem alinhado sua política interna e externa para poder acompanhar e participar num contexto internacional mais amplo, passando a assumir a existência de uma comunidade brasileira no exterior, com um contingente atualmente estimado em quatro milhões. Nesse período também foi recriado o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) pelo governo brasileiro, um órgão ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como vimos, além de uma divisão consular voltada para brasileiros no exterior, no MRE.

A relação Brasil-Japão, apesar de tantos problemas que têm afetado de fato uma parte daqueles que transitam entre os dois países, tem tudo para continuar cooperando,

dialogando, trocando ideias para que essa comunidade brasileira no exterior, no caso no Japão, seja efetivamente contemplada através de acordos bilaterais em diversas áreas.

Em muitas áreas de origem na sociedade brasileira, por sua vez, pode haver associações nipônicas que, provavelmente ofereçam cursos de japonês. Assim, nessas cidades para onde muitos brasileiros têm retornado desde o final de 2008, com seus familiares, existem *nihongakkō*, isto é, escolas étnicas japonesas, onde se ensinam a língua e a cultura japonesa aos descendentes de japoneses. Talvez elas possam vir a ser ressignificadas – não só pelo grande interesse na cultura pop japonesa como *anime* e *mangá* (Histórias em Quadrinhos), mas essas escolas japonesas poderiam atender às demandas educacionais das crianças brasileiras que cresceram e muitos nasceram na sociedade japonesa onde, por um tempo, seus pais estavam trabalhando por uma melhor renda. Mas subitamente, por força das circunstâncias, os que puderam retornaram ao Brasil e agora, estão diante de uma nova série de dificuldades de se reinserirem, sentindo-se ‘estrangeiros’ no sentido mais pleno da palavra. Tal como as crianças. Assim, quem sabe, comecem a revigorar o ensino bilíngue Português-Japonês nessas escolas espalhadas por onde tenha grupos de japoneses pelo Brasil afora. Essa política linguística, certamente, faz parte do processo de internacionalização em que o domínio ou qualificação cada vez maior de línguas estrangeiras é cada vez mais exigido no mercado de trabalho nacional e internacional.

De todo modo, a comunidade brasileira no Japão não irá acabar tão cedo. Ela ainda vai enfrentar muitos altos e baixos, como todo o mundo. Basta estar vivo. Talvez alguns padrões de dinâmicas migratórias venham a se alterar, mas o fluxo migratório já estabelecido entre o Brasil e o Japão há mais de um século, deve continuar.

Bibliografia citada

FRANCE PRESSE 12/08/2009, “America Latina terá queda nas remessas recebidas este ano”.

G1 – O Portal de Notícias da Globo / economia e negócios. URL (acessado dia 10/10/2009): http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0..MUL1264251-9356,00-AMERICA+LATINA+TERA+QUEDA+DE+NAS+REMESSAS+RECEBIDAS+ESTE+ANO.html

GLOBO, O, 07/12/2008 – “Sinal amarelo para 4 milhões que vivem lá fora – Crise estimula retorno de emigrantes brasileiros e governo estuda criar centros de requalificação em EUA, Japão e Europa”. Autor(es): Gustavo Paul e Patrícia Duarte. Clipping – seleção de notícias ASCOM-GM, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. URL (acessado dia 08/12/2008):

<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastrados/noticias/2008/12/7/sinal-amarelo-para-4-milhoes-que-vivem-la-fora>

HATANO, Lilian, 2008. “Educação de Crianças Brasileiras no Japão”. Texto disponível no *site* da I Conferência "Brasileiros no Mundo", Ministério das Relações Exteriores do Brasil, URL (acessado dia 20/08/2008): http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/Conferencia.xml#I_Conferencia

IKEDA, Yasuhisa 31/03/2009. 「行方不明になるデカセギたち～在伯留守家族の苦悩」
－「第9回 困難な扶養費の取り立て＝判決出ても執行できない」 “*Yukue fumei ni naru dekasegitachi – zaihaku rusukazoku no runō – dai kyūkai kon’nan na fuyōhi no toritate = hanketsu detemo shikkō dekinai*” / “Os dekasseguis que desaparecem – o sofrimento da família deixada para trás. A dificuldade em receber a pensão alimentícia – mesmo com decisão judicial não consegue fazer cumprir”. Artigo no. 9 do *site* Discover Nikkei. URL acessado dia 24/08/2009:
<http://www.discovernikkei.org/en/journal/2009/3/31/nikkei-shimbun-dekasegi/>

IKEDA, Yasuhisa, 07/04/2009. 「行方不明になるデカセギたち～在伯留守家族の苦悩」第10回(終) 「新時代の日伯関係を前に＝望まれる司法共助協定」 “*Yukue fumei ni naru dekasegitachi – zaihaku rusukazoku no runō – dai jukkai (owari) “Shinjidai no nippaku kankei wo mae ni nozomareru shihōgyōjokyōtei*” / “Os dekasseguis que desaparecem – o sofrimento da família deixada para trás. Artigo no. 10 (final): “A nova era da relação nipo-brasileira à frente = o esperado acordo de cooperação jurídica”. Artigo do Discover Nikkei, postado no dia 07/04/2009. Este artigo foi originalmente publicado no Jornal “Nikkei Shinbun” (da comunidade japonesa de São Paulo), em 19/12/2008. URL acessado dia 24/08/2009:
<http://www.discovernikkei.org/en/journal/2009/4/7/nikkei-shimbun-dekasegi/>

IPC (International Press Co.), 11/06/2009. “Governo brasileiro prevê criação da Casa do Trabalhador em Hamamatsu”. URL (acessado dia 04/10/2009):
<http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Governo-brasileiro-preve-criacao-da-Casa-do-Trabalhador-em-Hamamatsu>

IPC (International Press Co.), 13/06/2009. “Acordo da Previdência pode sair em 2010”. URL (acessado dia 04/10/2009):
<http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Comunidade/Tokyo/Acordo-da-Previdencia-pode-sair-em-2010>

ISHIKAWA, Etsuo, 2008. “ABRAH – Associação Brasileira de Hamamatsu”. Texto disponível no *site* da I Conferência "Brasileiros no Mundo", Ministério das Relações Exteriores do Brasil, URL (acessado dia 20/08/2008): http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/Conferencia.xml#I_Conferencia

IWAKI, Elisa, 2008. “NPO CRIATIVOS – Centro de Referência e Suporte em HIV-DST”. Texto disponível no *site* da I Conferência "Brasileiros no Mundo", Ministério das Relações Exteriores do Brasil, URL (acessado dia 20/08/2008):
http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/Conferencia.xml#I_Conferencia

JAPAN IMMIGRATION ASSOCIATION / *Zaidan Hōnin Nyūkan Kyōkai*, 1995-2009. *Zairyū Gaikokujin Tōkei* 財団法人 入管協会 1995-2009 『在留外国人統計』 [“Estatísticas sobre Estrangeiros Residentes no Japão” / “Statistics on the Foreigners Registered in Japan”]. Relatórios Anuais. (A Associação de Imigração do Japão é um órgão do Ministério da Justiça do Japão).

MIWA, Akira, 2008. 三輪 昭 (外務省中南米局長) 「ブラジルの現状と日系人」 『日系人ニュース』 No.94 (2008年5月) 海外日系人協会. Miwa Akira (*Gaimushō Chūnanbei kyoku chō*) “*Burajiru no genjō to nikkeijin*” / (Diretor da Regional da América Central e do Sul, do Ministério das Relações Exteriores do Japão) “A situação

- atual do Brasil e o nikkeijin”. In *Nikkeijin News*, no. 94. Boletim publicado pelo *Kaigai Nikkeijin Kyōkai* (Associação de Nikkeijin no Exterior), órgão do Ministério das Relações Exteriores do Japão. URL acessado 11/08/2009: <http://www.jadesas.or.jp/publication/03news094.html#chikyugi>
- MORI, Irmã Yoshico, 2009. “Desafios da Comunidade Brasileira no Japão”. SABJA – Serviço de Assistência aos Brasileiros no Japão. Contribuição à II Conferência "Brasileiros no Mundo", Ministério das Relações Exteriores do Brasil, URL (acessado dia 12/10/2009): http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/ii_conferencia_brasileiros_no_mundo.xml
- MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2008. Site dos “Brasileiros no Mundo”: <http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/>
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, 15/12/2008. “Presidente do Conselho Nacional de Imigração faz balanço de 2008”, in <http://www.mte.gov.br/sgcnoticiaAudio.asp?IdConteudoNoticia=4742&PalavraChave=imigracao>
- NAKAGAWA, Décio, 2008. “O Nikkei brasileiro no Japão”, in Kiyoshi Harada (coord.), *O Nikkei no Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, p.319-325.
- NAKAGAWA, Kyoko, 2008. “Crianças e adolescentes envolvidos no movimento de kassegi”, in Kiyoshi Harada (coord.), *O Nikkei no Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, p.325-344.
- OGAWA, Makoto, 2004. 小川誠 (厚生労働省職業安定局外国人雇用対策課長) 「日本における外国人労働者の動向と日系人就業者の現状」 『日系人ニュース』 No.73 (2004年11月) 海外日系人協会.. “*Nihon ni okeru gaikokujin rōdōsha no dōkō to nikkeijin shūrōsha no genjō*” *Nikkeijin News*, no. 73. Boletim publicado pelo *Kaigai Nikkeijin Kyōkai* (Associação de Nikkeijin no Exterior), órgão do Ministério das Relações Exteriores do Japão. URL (acessado 11/08/2009): <http://www.jadesas.or.jp/publication/03news073.html#chikyugi>
- SASAKI, Elisa Massae, 2008. “Brasileiros no Japão”. *Anais da I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior – Brasileiros no Mundo, volume I – Textos Acadêmicos*, p. 9-27. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão [FUNAG], Ministério das Relações Exterior do Brasil [MRE]. Texto disponível *online* [tema vii]: http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/Conferencia.xml#I_Conferencia
- SASAKI, Elisa Massae, 2009. “Ser ou não ser japonês? A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo” (2009). Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP. Tese disponível *online* no site da Biblioteca Digital da Unicamp: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000442741>
- TEZUKA, Kazuaki, 2005. 手塚和彰 (千葉大学大学院専門法務研究科教授) 「出稼ぎから定住の途」 『日系人ニュース』 No.77 (2005年7月) 海外日系人協会 “*Dekasegi kara teijū no to*” / “O percurso: do dekasgegi ao permanente”, “*Nikkeijin News*” no.77. Boletim publicado pelo *Kaigai Nikkeijin Kyōkai* (Associação de Nikkeijin no Exterior), órgão do Ministério das Relações Exteriores do Japão. URL acessado 11/08/2009: <http://www.jadesas.or.jp/publication/03news077.html#chikyugi>
- URANO, Edson, 2008. “Processo Migratório e a Integração Brasil-Japão no Espaço Global: os desafios para a construção de uma agenda social transnacional”. Texto disponível no site da I Conferência "Brasileiros no Mundo", Ministério das Relações Exteriores do Brasil, URL (acessado dia 20/08/2008): http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/Conferencia.xml#I_Conferencia
- WATANABE, Norie, 27/06/2009. 「激変するデカセギ事情＝大挙帰伯の真相に迫る－第3回 大量帰国報道は本当か＝片道チケットが五倍に」 “*Gekihensuru dekasgegi*

jijō = taikyō kihaku no shinsō ni semaru – dai sankai tairyū kikoku hōdō wa hontō ka = katamiti ticketto ga gobai ni” / “A mudança subida da situação do dekassegui = A situação real pressiona o retorno ao Brasil em grande número. No. 3 – Será verdade o que dizem sobre o retorno do país em grande número? – passagens apenas de ida quintuplicou”. Artigo do Discover Nikkei (site). URL (acessado dia 24/08/2009): <http://www.discovernikkei.org/en/journal/2009/6/27/nikkei-shimbun-dekasegi2/>

YOSHIMURA, Julieta, 2008. “AEBJ – Associação das Escolas Brasileiras no Japão”. Texto disponível no *site* da I Conferência "Brasileiros no Mundo", Ministério das Relações Exteriores do Brasil, URL (acessado dia 20/08/2008): http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/Conferencia.xml#I_Conferencia